

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

Conselho mantém multas de corretoras

Valor Econômico - 25/02/2016

Beatriz Olivon | De Brasília

A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve autuações que cobram PIS e Cofins das corretoras Votorantim, Alfa, ING e Santander. As multas são decorrentes da venda de ações BM&FBovespa. Foi a primeira vez que a mais alta instância do tribunal administrativo analisou a questão.

Diversas corretoras foram autuadas por não recolhimento das contribuições sociais. As ações da BMF&Bovespa foram recebidas após a transformação das instituições sem fins lucrativos em uma companhia aberta - processo conhecido como "desmutualização". Em 2012, foram proferidas decisões de turmas favoráveis e contrárias aos contribuintes sobre a questão. Os valores cobrados variam entre R\$ 10 milhões e R\$ 30 milhões, segundo fontes.

A decisão contrária aos contribuintes é da 3ª Turma da Câmara Superior, que concluiu ontem os julgamentos iniciados no mês passado. Prevaleceu o voto do relator de alguns dos casos, conselheiro Demes Brito, representante dos contribuintes. Com a decisão, o Carf estabelece que a operação é tributável, por se tratar de receita da atividade das empresas, segundo resumiu o conselheiro Henrique Pinheiro Torres.

A maioria dos conselheiros acompanhou o relator. Ficaram vencidos três representantes dos contribuintes, de um total de dez julgadores. "Jogamos no lixo o Código Civil e a Lei das Sociedades Anônimas", afirmou a conselheira Tatiana Midori Migiyama, que foi voto vencido.

Os processos foram julgados juntos, dentro de uma "pauta temática". Ficou pendente apenas a decisão em um caso semelhante envolvendo a Credit Suisse Corretora, que estava na mesma pauta. A análise do processo foi suspensa por um pedido de vista, para avaliação de uma peculiaridade do caso.

A pauta temática causou uma certa confusão na sessão. Alguns presentes e a secretária que anota os resultados entenderam que o caso do Santander não havia sido julgado. O próprio relator chegou a informar que o processo não teria sido analisado. Porém, logo corrigiu a informação.

O presidente do Carf, Carlos Alberto Freitas Barreto, explicou que os casos foram julgados todos juntos (com exceção do Credit Suisse) por não haver pedidos para a sustentação oral. Ele informou que a Câmara Superior terá mais cuidado ao anunciar resultados de pauta temática.

Apesar de não estar em discussão nesses casos, as vendas de ações da BM&FBovespa

também gerou cobranças do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Com a operação de entrega de papéis às instituições financeiras, a Receita Federal entendeu que houve uma dissolução seguida de compra de participações.

A Receita Federal defende a tributação sobre a valorização das participações na BM&FBovespa, o que seria considerado um ganho de capital. Já há decisões judiciais sobre a discussão favoráveis ao Fisco. Mas o tema nunca foi julgado pela Câmara Superior do Carf, segundo o procurador da Fazenda Nacional Moisés de Sousa Carvalho Pereira.

Não há muitos casos em andamento. Muitas corretoras acabaram desistindo de processos nas esferas administrativa e judicial para aderir a parcelamento fiscal.

Valor On Line

Zelotes: Alvo da PF em Pernambuco é auditor fiscal da Receita

25/02/2016

RECIFE - O alvo da Polícia Federal em Pernambuco, na sexta fase da Operação Zelotes, é um auditor fiscal da Receita Federal, que foi presidente da 1ª Seção de Julgamentos do Carf e tinha o poder de decidir, juntamente com outros integrantes, as multas que eram arbitradas contra as empresas citadas na operação.

Durante a manhã, a polícia apreendeu documentos, pen drives, tablets, agendas, um HD e um computador na residência do auditor, cujo nome não foi divulgado, no bairro da Jaqueira, zona norte do Recife. Por condução coercitiva, o auditor foi prestar depoimento na sede da PF em Pernambuco. Em seguida, deve ser liberado enquanto a PF decide sobre seu indiciamento.

Esta foi a primeira ação da operação Zelotes em Pernambuco. Ao todo, estão sendo cumpridos 20 mandados de condução coercitiva e 18 de busca e apreensão em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

Zelotes: Indícios robustos de crime deflagraram operação contra Gerdau

25/02/2016

BRASÍLIA - A delegada Fernanda Oliveira, que conduz o inquérito que apura o envolvimento da siderúrgica Gerdau em suposto esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), disse nesta quinta-feira que a nova fase da Zelotes, deflagrada nesta quinta-feira, foi feita com base nos indícios robustos de crimes encontrados ao longo da investigação.

Para a deflagração da operação de hoje, já tínhamos autoria e materialidade bastante robusta, disse Fernanda. Queremos delimitar ainda mais autoria e materialidade [dos crimes], afirmou.

Segundo Fernanda, há indícios de que o esquema de propinas no órgão continuou sendo feito mesmo após a deflagração da primeira fase da Zelotes, em 26 de março de 2015. O deferimento das medidas judiciais se deu em razão da existência desses indícios, disse Fernanda.

A delegada afirmou ainda que a PF apreendeu documentos, mídias, celulares, e o material deve trazer novos elementos para aprofundar investigação. Segundo ela, a polícia tem a identificação dos alvos que de fato atuaram nos processos junto ao Carf e nos escritórios de advocacia junto aos contribuintes.

Estamos aprofundando a atuação dos contribuintes no esquema do Carf, disse a delegada.

Época Negócios - On Line

Zelotes: presidente da Gerdau prestará depoimento à Polícia Federal

25/02/2016

A empresa é acusada de atuar junto ao Carf para evitar o pagamento de multas que chegam a R\$ 1,5 bilhão

O presidente da empresa Gerdau, André Gerdau, e mais um membro da diretoria do grupo foram alvos hoje (25/02) da 6ª fase da Operação Zelotes, deflagrada pela Polícia Federal (PF). Foi decretado mandado de condução coercitiva de André Gerdau, quando a pessoa é levada à delegacia para prestar depoimento e, em seguida, é liberada. O empresário não foi encontrado pela PF, mas se comprometeu a comparecer para prestar depoimento.

Segundo a delegada da PF, Fernanda Costa de Oliveira, esta fase da Zelotes nada mais é que uma individualização dos inqueritos de contribuintes que tinham sido identificados na primeira fase da operação, iniciada em março de 2015. A Zelotes investiga fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

Ela destacou, entretanto, que nem todos os 70 contribuintes identificados têm potencial operacional ou terão inqueritos individualizados. "Esse deflagrado hoje investiga somente os casos da Gerdau", explicou Fernanda.

A Gerdau tem várias multas a serem julgadas pelo Carf, envolvendo autuações da Receita Federal por questões fiscais. "Ela [empresa Gerdau], então, celebrava contrato com escritórios de advocacia e de consultoria, que tinham contato com conselheiros do Carf e realizavam acordos para que as sentenças fossem favoráveis à Gerdau", disse a delegada.

A suspeita é que o grupo tenha atuado junto ao Carf para evitar o pagamento de multas que chegam a R\$ 1,5 bilhão. "A ação seria julgada [pelo Carf] em abril, a deflagração da operação foi em março. Então, esse prejuízo não foi efetivado", disse.

A polícia está cumprindo 20 mandados de condução coercitiva e 18 de busca e apreensão. Segundo a Polícia Federal, foram apreendidos documentos, pendrives e computadores.

Os policiais estão realizando ações nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e no Distrito Federal. São alvos das conduções coercitivas executivas da Gerdau, conselheiros e ex-conselheiros do Carf e advogados que intermediavam as negociações. Duas pessoas presas anteriormente na Operação Zelotes, José Ricardo e Alexandre Paes dos Santos, também foram ouvidas no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Em nota, a Gerdau informou que está à disposição e colaborando integralmente com as investigações da Polícia Federal. "Ressalte-se, ainda, que, com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que possa ter ocorrido com esse fim. A Gerdau reitera, portanto, que possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos", diz a nota.

Justiça autoriza condução coercitiva de Jorge Gerdau em nova fase da Zelotes

25/02/2016

Segundo a Polícia Federal, grupo empresarial teria tentado sonegar até R\$ 1,5 bilhão

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira (25), mais uma fase da Operação Zelotes. O alvo é a empresa siderúrgica Gerdau, investigada por suposta compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de grandes contribuintes a multas aplicadas pela Receita Federal.

A PF cumpre 20 mandados de condução coercitiva, quando a pessoa é liberada no mesmo dia após prestar depoimento, e 18 de busca e apreensão no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e no Distrito Federal. O empresário Jorge Gerdau, dono do grupo, é alvo de mandado de condução coercitiva.

A empresa teria tentado anular débitos que chegam a R\$ 1,5 bilhão. A PF esta nos endereços da empresa cumprindo mandados de busca. Segundo a PF, a firma, que possui operações industriais em 14 países, celebrou contratos com escritórios de advocacia e de consultoria, os quais por meio de seus sócios, agiram de maneira ilícita manipulando o andamento do processo. Segundo as investigações, o grupo de lobistas continuou atuando mesmo após a deflagração da operação em março do ano passado.

Leia mais notícias de Brasil e Política

Conheça o R7 Play e assista a todos os programas da Record na íntegra!

A Zelotes foi deflagrada em março de 2015 para desarticular esquema de compra de decisões no Carf por grandes empresas. No curso das investigações, a força-tarefa do Ministério Público Federal, Receita Federal e Polícia Federal descobriu que os mesmos operadores também atuaram em suposto esquema de compra de medidas provisórias editadas nos governos dos presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o que ampliou as investigações e levou a prisão dos lobistas em outubro do ano passado.

Por causa das prisões, a investigação sobre a suposta compra de MPs avançou mais rapidamente e o MPF já apresentou denúncia. O caso esta em fase de oitiva de testemunhas na Justiça Federal do DF. Há ainda outros dois desdobramentos da Zelotes em curso.

Um deles, apura pagamento à LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Claudio Lula da Silva, filho mais novo do ex-presidente Lula, pela Marcondes e Mautoni, por uma das consultorias acusadas de envolvimento na compra de decisões no Carf e de normas.

Ele recebeu R\$ 2,5 milhões da empresa, segundo a PF, para copiar e colar informações da internet. Luís Claudio diz que fez consultoria de marketing esportivo. Outra investigação é sobre suposto lobby da Marcondes para a compra de caças pelo governo Dilma

Zelotes: auditor da Receita presta depoimento na Polícia Federal, no Recife

25/02/2016

A 6ª fase da Operação Zelotes da Polícia Federal (PF) cumpriu mandado de condução coercitiva, no Recife, de um auditor fiscal da Receita Federal, que está prestando depoimento neste momento na superintendência do órgão, na capital pernambucana. Na residência do auditor, os policiais cumpriram também um mandado de busca e apreensão.

Desde cedo, a PF está com seus agentes nas ruas para cumprir 20 mandados de condução coercitiva, quando a pessoa é levada à delegacia para prestar depoimento e, em seguida, é liberada, e 18 de busca e apreensão, além de duas oitivas autorizadas judicialmente no complexo penitenciário da Papuda, em Brasília.

Os policiais estão realizando ações nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, de Pernambuco e São Paulo e no Distrito Federal. A Zelotes investiga fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

Um dos alvos desta etapa é o grupo Gerdau, suspeito de ter atuado no Carf para evitar o pagamento de débitos que chegam a R\$ 1,5 bilhão.

A empresa siderúrgica investigada tem operações industriais em 14 países e celebrou contratos com escritórios de advocacia e de consultoria, os quais, por meio de seus sócios, agiram de maneira ilícita, manipulando o andamento, a distribuição e as decisões do Carf, visando a obter provimento de seus recursos e cancelamento da cobrança de tributos em seus processos .

Nota da Gerdau

Em nota, a Gerdau confirmou que a Polícia Federal está, hoje pela manhã, em suas dependências e esclareceu que não tem mais informações até o momento", mas que está colaborando integralmente com as investigações.

A empresa ressalta que, "com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que possa ter ocorrido com esse fim".

Finaliza a nota, reiterando "que possui rigorosos padrões éticos na condução de seus pleitos junto aos órgãos públicos e reafirma que está, como sempre esteve, à disposição das autoridades competentes para prestar os esclarecimentos que vierem a ser solicitados".